



Eleitor votará em dois nomes para o Senado no domingo

Este ano os eleitores escolherão dois candidatos por estado. São 54 vagas em disputa, ou dois terços da Casa. Os nomes dos novos senadores serão conhecidos já no domingo

Waldemir Barrato/Agência Senado



O número dos candidatos ao Senado tem três dígitos e o eleitor só pode escolher entre os candidatos a senador do seu estado



A definição dos senadores que terão mandato de 2019 a 2027 será feita no domingo. Este ano o eleitor vai votar em dois nomes. Em 2014, os candidatos concorriam a uma vaga por estado.

Essa diferença acontece porque o mandato dos senadores é de oito anos, mas as eleições para o Senado ocorrem de quatro em quatro anos. Assim, a cada eleição, a Casa renova, alternadamente, um terço e dois terços das 81 cadeiras.

Este ano 54 vagas estão em disputa.

Os votos nos dois candidatos têm pesos iguais. Não existe prioridade para o senador em razão de o eleitor votar primeiro em um e depois em outro candidato. Quem obtiver o maior número de votos somando a primeira e a segunda opção será eleito, assim como o segundo candidato mais votado. Não é possível votar duas vezes no mesmo candidato.

As eleições para senador, governador e presidente da República são majoritárias. Para o Senado, não há segundo turno. Os nomes eleitos serão conhecidos no próprio domingo. **3**

Aberto até o dia 20 prazo a emendas ao Orçamento 2019

Este ano cada senador e deputado federal poderá propor até R\$ 15,4 milhões em emendas individuais ao Orçamento. O prazo começou ontem e vai até o dia 20. **2**

Texto autoriza divisão de propriedade rural familiar

Proposta que trata da divisão da propriedade em condomínio rural quando os donos quiserem extingui-lo está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça. **2**

Conselho de Comunicação do Congresso altera regimento

Por 6 votos a 5, o Conselho de Comunicação do Congresso retirou do regimento interno a possibilidade de a sociedade

civil demandar estudos e pareceres diretamente ao conselho. A alteração será analisada pela Mesa do Congresso. **2**

Geraldo Magela/Agência Senado



Davi Emerich e Marcelo Antônio Cordeiro em reunião ontem do conselho

Encartado nesta edição, o Jornal Senado Mulher



Reprodução



Condutores de ambulância pedem regras para a atividade

Depois de sancionada a lei que reconhece a profissão de condutor de ambulância, a categoria luta agora para regulamentar a

atividade com um projeto que já foi aprovado pelo Senado e está em análise na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. **4**



Getty Images/Stockphoto

Pelo projeto, condutor deve ter ensino médio e treinamento especial

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.

www.congressonacional.leg.br

CONGRESSO NACIONAL

Orçamento 2019 receberá emendas até dia 20

Cada parlamentar poderá apresentar até R\$ 15,4 milhões em emendas individuais à proposta orçamentária de 2019. As bancadas poderão definir o destino de R\$ 169,6 milhões

COMEÇOU ONTEM O prazo para deputados e senadores apresentarem emendas à proposta orçamentária de 2019 (PLN 27/2018), em tramitação na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O prazo se encerra no dia 20 de outubro.

Cada parlamentar poderá propor até R\$ 15,4 milhões em emendas individuais — no ano passado o valor foi um pouco menor, R\$ 14,8 milhões. Metade da dotação é direcionada, obrigatoriamente, para ações e serviços públicos de saúde, como determina a Constituição.

As emendas individuais são impositivas, ou seja, o governo é obrigado a executá-las. Elas são destinadas, em geral, para as demandas que chegam das bases eleitorais dos 594 congressistas (513 deputados e 81 senadores).

Além das emendas individuais, os parlamentares poderão apresentar emendas de comissões, elaboradas no âmbito



Parlamentares precisam analisar a proposta orçamentária na CMO para que ela possa ser votada pelo Congresso

sões, elaboradas no âmbito das comissões permanentes do Congresso, e de bancadas, definidas por cada uma das 27 bancadas estaduais na Câmara dos Deputados e no Senado. Diferentemente das individuais, essas emendas coletivas destinam-se, geralmente, a ações públicas, como a cons-

trução de trechos rodoviários.

Não há limite financeiro para as emendas de comissões, que não têm execução obrigatória. Já as bancadas poderão propor R\$ 169,6 milhões em emendas impositivas, valor que deve ser distribuído em até seis emendas, sendo ao menos uma para a área de educação, uma para

a saúde e uma para segurança pública. Essas regras estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019.

Para serem incluídas na lei orçamentária, as emendas à proposta orçamentária, individuais ou coletivas, precisam atender uma série de regras determinadas pela legislação

ou pelas regras internas do Congresso. Por exemplo, o valor proposto por um deputado a um empreendimento deve ser suficiente para a conclusão da obra ou de uma das etapas.

A proposta orçamentária deve ser votada até o dia 22 de dezembro, último dia dos trabalhos do Congresso, segundo a Constituição. O texto, que é relatado pelo senador Waldemir Moka (MDB-MS), precisa cumprir uma série de etapas até a votação final. Antes disso, a Comissão de Orçamento deverá fazer uma audiência pública com o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, que apresentará aos parlamentares a proposta elaborada pelo governo. A comissão é presidida pelo deputado Mário Negromonte Jr (PP-BA) e tem o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) como primeiro-vice-presidente.

Da Agência Câmara

Proposta permite divisão de condomínios rurais familiares

Está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto de Cidinho Santos (PR-MT) que trata da divisão da propriedade em condomínio rural quando os donos quiserem extingui-lo (PLS 380/2017).

O texto, que aguarda a designação de relator, deixa claro que o imóvel poderá ser desmembrado em tantas partes quanto forem os condôminos, devendo ser expedido então o Título Definitivo de Domínio para cada coproprietário.

O senador alega que a proposta visa atender uma situação comum no meio rural, que é decorrência do crescimento das famílias e da conquista da independência pelos filhos.

“É o momento em que cada membro da família originária constitui a própria família, e passa a ter interesse na exploração individual do imóvel, visando criar e educar com autonomia os próprios filhos.

Isto é algo comum entre pais e filhos, ou mesmo entre irmãos, que optaram no início por exercer em comunhão a atividade agropecuária, também por necessidade”, explica na justificativa.

Para o senador, o condomínio rural familiar não deve permanecer eternamente como tal por imposição da lei, contrariando o desejo íntimo da própria família. Ele alega que a divisão também permite que a propriedade cumpra melhor sua função social, preservando a pequena e a média propriedade produtiva controlada por proprietários individuais, em vez do latifúndio na forma de condomínios.

Cidinho acrescenta na justificativa que o desmembramento do imóvel e a exploração individualizada facilitam o acesso ao crédito, permitindo o estabelecimento de relações jurídicas autônomas com as instituições financeiras.



Davi Emerich e Marcelo Antônio Cordeiro em reunião do conselho em que votaram mudança de regras

Conselho de Comunicação altera regimento

O Conselho de Comunicação Social (CCS) aprovou ontem uma alteração no seu regimento interno. Por 6 votos a 5, os conselheiros

optaram por eliminar a possibilidade de entidades da sociedade civil demandarem diretamente o CCS visando à elaboração de pareceres, estudos e outras solicitações relativas aos temas afetos ao órgão. Segundo a Lei 8.389, de 1991, o conselho é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, sem poder deliberativo, mas que deve se ma-

nifestar quando demandado sobre temas relacionados à comunicação social.

O relator-coordenador da reforma do regimento, conselheiro José Francisco de Araújo Lima, disse crer que a participação da sociedade civil no CCS não ficará tolhida com o novo texto. Ele lembrou que uma outra modificação no texto prevê que os conselheiros poderão propor a formação de comissões temáticas, a partir de sugestões advindas de entidades da sociedade civil.

Mas o placar apertado da votação mostrou que a decisão não foi consensual. A conselheira Maria José Braga, que também é presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), chamou a mudança de “um retrocesso”, que contribuirá para o esvaziamento do CCS. Davi Emerich, representante da sociedade civil que também votou contra a alteração, lembrou que ela ainda deverá passar pelo crivo da Mesa Diretora do Congresso Nacional para que possa ser efetivada.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Eleitor votará em dois candidatos ao Senado

Este ano a Casa renovará dois terços das vagas para o mandato que vai até 2027. Em recorde histórico, 358 pessoas se registraram para disputar as 54 cadeiras abertas



NAS ELEIÇÕES DESTES ano, são duas vagas de senador em disputa, diferentemente do que ocorreu no pleito de 2014, quando o eleitor escolheu apenas um nome para o cargo. Isso acontece porque o mandato

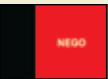
dos senadores é de oito anos, mas as eleições para o Senado acontecem de quatro em quatro anos. Assim, a cada eleição, a Casa renova, alternadamente, um terço e dois terços de suas 81 cadeiras. Este ano 54 vagas estão em disputa. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os dois votos têm pesos iguais. Não existe prioridade para o senador em razão do eleitor votar primeiro em um e depois em outro candidato. O número dos candidatos ao Senado tem três dígitos e o eleitor

só pode escolher candidatos a senador do seu estado. Como a ordem de votação não importa no resultado final, o candidato que obtiver o maior número de votos na primeira e na segunda opção somadas será eleito, assim como o segundo candidato mais votado. A Justiça Eleitoral informa que não é possível votar duas vezes no mesmo candidato. Em caso de repetição, o segundo voto é automaticamente anulado. Também não existe possibilidade

de voto em legenda, quando o eleitor decide dar o seu voto para um partido ou coligação. Esse tipo de voto é válido somente para os cargos de deputado federal, distrital e estadual. As eleições para o Senado são majoritárias, assim como para a Presidência da República e para os governos estaduais. Para o Senado, entretanto, não há possibilidade de segundo turno, então, no domingo já serão definidos os senadores que terão mandato de 2019 a 2027.

Conheça todos os candidatos ao Senado

Em 2018, 358 brasileiros e brasileiras registraram candidatura para o Senado — um recorde na história recente do país. Entre esses nomes, 32 são senadores em busca da reeleição — outra marca que supera anos anteriores. Conheça abaixo os 339 que estão válidos. Esta relação não inclui candidatos cujos registros foram definitivamente indeferidos ou que renunciaram à candidatura. Ela inclui candidatos que ainda dependem de decisão do TSE

 ACRE - Jorge Viana (PT) - Márcio Bittar (MDB) - Minoru Kinpara (Rede) - Ney Amorim (PT) - Pedrazza (PSL) - Petecão (PSD)	 CEARÁ - Alexandre Barroso (PCO) - Anna Karina (Psol) - Cid Gomes (PDT) - Dr Márcio Pinheiro (PSL) - Dra. Mayra (PSDB) - Eduardo Girão (Pros) - Eunício (MDB) - João Saraiva (Rede) - Pastor Pedro Ribeiro (PSL) - Pastor Simões (Psol) - Robert Burns (PTC)	 MARANHÃO - Alexandre Almeida (PSDB) - Edison Lobão (MDB) - Eliziane Gama (PPS) - Iêgo Bruno (PCB) - Preta Lu (PSTU) - Samuel de Itapecuru (PSL) - Sarney Filho (PV) - Saulo Arcangeli (PSTU) - Saulo Pinto (Psol) - Weverton (PDT) - Zé Reinaldo (PSDB)	 PARÁ - Benedita do Amaral (PSTU) - Bogo (PRP) - Coronel Osmar Nascimento (PDT) - Flexa Ribeiro (PSDB) - Jader Barbalho (MDB) - Jarbas Vasconcelos (PV) - Prado Sá (PSB) - Professor Gerson Dourao (PCdoB) - Sidney Rosa (PSB) - Ursula Vidal (Psol) - Wlad (Solidariedade) - Xaropinho do Povo (PPL) - Zé Geraldo (PT) - Zequinha Marinho (PSC)	 PIAUI - Albetiza (PCO) - Antônio José Lira (PSL) - Ciro Nogueira (PP) - Dr. Marcos (PTC) - Elizeu Aguiar (PSL) - Flávia Barbosa (PRP) - Frank Aguiar (PRB) - Genival Oliveira (PSC) - Gervásio Santos (PSTU) - Jesus Rodrigues (Psol) - Joaquim Saraiva (DC) - Lafayette Andrade (DC) - Marcelo Castro (MDB) - Paulo Henrique (Rede) - Professor Fausto Ripardo (PCB) - Quem Quem (Avante) - Robert Rios (DEM) - Wilson Martins (PSB)	 RIO GRANDE DO SUL - Abigail Pereira (PCdoB) - Ana Varela (Pode) - Beto Albuquerque (PSB) - Carmen Flores (PSL) - Cleber Soares (PCB) - Dra. Sandra Weber (Solidariedade) - João Augusto (PSTU) - José Fogaça (MDB) - Luiz Carlos Heinze (PP) - Luiz Delvair (PCO) - Machado (DC) - Mario Bernd (PPS) - Marli Schaulé (PSTU) - Paulo Paim (PT) - Romer Guex (Psol)	 SÃO PAULO - Antonio Neto (PDT) - Cidinha (MDB) - Diogo da Luz (Novo) - Dra. Eliana Ferreira (PSTU) - Eduardo Suplicy (PT) - Educador Daniel Cara (Psol) - Jair Andreoni (PRTB) - Jilmar Tatto (PT) - Kaled (DC) - Major Olimpio (PSL) - Mancha (PSTU) - Mara Gabrilli (PSDB) - Marcelo Barbieri (MDB) - Mário Covas Neto (Pode) - Maurren Maggi (PSB) - Moirá Lázaro Mandato Coletivo (Rede) - Nivaldo Orlandi (PCO) - Pedro Henrique de Cristo (Rede) - Professora Silvia Ferraro (Psol) - Tripoli (PSDB)
 ALAGOAS - Benedito de Lira (PP) - Flávia Melo (PCO) - Flavio Moreno (PSL) - Maurício Quintella (PR) - Oswaldo Maciel (PCB) - Prof. Cicero Albuquerque (Psol) - Renan (MDB) - Rodrigo Cunha (PSDB) - Sergio Cabral (Patri)	 DISTRITO FEDERAL - Brigadeiro Atila Maia (PRTB) - Chico Leite (Rede) - Chico Sant'Anna (Psol) - Cristovam Buarque (PPS) - Danilo Matoso (PCO) - Fadi Faraj (PRP) - Fernando Marques (Solidariedade) - Helio Queiroz (PP) - Izalci (PSDB) - João Pedro Ferraz (PPL) - Juiz Everardo Ribeiro (PMN) - Leila do Vôlei (PSB) - Marcelo Neves (PT) - Marivaldo Pereira (Psol) - Paulo Roque (Novo) - Professora Amábile (PR) - Robson (PSTU) - Wasny (PT)	 MATO GROSSO - Adilton Sachetti (PRB) - Aladir (PPL) - Dr Waldir Caldas (Novo) - Fávaro (PSD) - Gilberto Lopes Filho (Psol) - Jayme Campos (DEM) - Juiza Selma Arruda (PSL) - Nilson Leitão (PSDB) - Procurador Mauro (Psol) - Professora Maria Lucia (PCdoB) - Sebastião Carlos (Rede)	 PARAÍBA - Cássio Cunha Lima (PSDB) - Daniella Ribeiro (PP) - Luiz Couto (PT) - Nivaldo Manguieira (Psol) - Professor Nelson Júnior (Psol) - Roberto Paulino (MDB) - Veneziano Vital (PSB)	 RIO DE JANEIRO - Arolde de Oliveira (PSD) - Aspasia (PSDB) - Cesar Maia (DEM) - Chico Alencar (Psol) - Cyro Garcia (PSTU) - Fernando Fagundes Ribeiro (PCO) - Flávio Bolsonaro (PSL) - Gabrielle Burcci (PMB) - José Bonifácio (PDT) - Lindbergh (PT) - Marta Barçante (PCB) - Mattos Nascimento (PRTB) - Miro Teixeira (Rede) - Pastor Everaldo (PSC) - Samantha Guedes (PSTU) - Senador Eduardo Lopes (PRB) - Walter Cristie Silva Aguiar (Patri)	 RONDÔNIA - Aluizio Vidal (Rede) - Bosco da Federal (PPS) - Carlos Magno (PP) - Confúcio Moura (MDB) - Fabrizio Jurado (Novo) - Fátima Cleide (PT) - Jaime Bagattoli (PSL) - Jesualdo Pires (PSB) - Marcos Rogério (DEM) - Pastor Edésio Fernandes (PRB) - Paulo Cadillac (PSTU) - Ted Wilson (PRTB) - Valdir Raupp (MDB)	 SERGIPE - André Moura (PSC) - Cadu Silva (PSL) - Clarkson Messias (PSTU) - Delegado Alessandro Vieira (Rede) - Henri Clay (PPL) - Jackson Barreto (MDB) - Pastor Heleno (PRB) - Professor Jossimário Mick (Psol) - Professora Sonia Meire (Psol) - Reynaldo Nunes (PV) - Rogério Carvalho Santos (PT) - Valadares (PSB)
 AMAPÁ - Bala Rocha (PSDB) - Dr. Davi Silva (PSTU) - Dr Ricardo Santos (PSL) - Fátima Pelaes (MDB) - Gilvam Borges (MDB) - Guaracy (PTC) - Janete Capiberibe (PSB) - Joaquina Lino (PCB) - Jorge Amanajas (PPS) - Lucas Barreto (PTB) - Randolfe (Rede) - Wagner Gomes (PMN)	 ESPÍRITO SANTO - Célia Tavares (PT) - Fabiano Contarato (Rede) - Helder Carnielli (PTB) - Liu Katrine (Psol) - Magno Malta (PR) - Marcos do Val (PPS) - Mauro Ribeiro (PCB) - Ricardo Ferraço (PSDB) - Rogério Bernardo (PMB) - Subtenente Assis (PSL) - Ulisses Pincelli (Novo)	 MINAS GERAIS - Ana Alves (PCO) - Bispo Damasceno (PPL) - Coronel Lacerda (PPL) - Dilma Rousseff (PT) - Dinis Pinheiro (Solidariedade) - Edson André P (Avante) - Fábio Cherem (PDT) - Jornalista Carlos Viana (PHS) - Kaka Menezes (Rede) - Miguel Correa (PT) - Professora Duda Salabert (Psol) - Professor Tulio Lopes (PCB) - Rodrigo Pacheco (DEM) - Rodrigo Paiva (Novo) - Vanessa Portugal Barbosa (PSTU)	 PARANÁ - Alex Canziani (PTB) - Beto Richa (PSDB) - Compadre Luiz Adão (DC) - Flávio Arns (Rede) - Gilson Mezarobba (PCO) - Jacque Parmigiani (Psol) - Mirian Gonçalves (PT) - Nelton (PDT) - Professor Oriovisto Guimarães (Pode) - Requião (MDB) - Rodrigo Reis (PRTB) - Rodrigo Tomazini (Psol) - Roselaine Barroso Ferreira (Patri) - Zé Boni (PRTB)	 RIO GRANDE DO NORTE - Alexandre Motta (PT) - Ana Celia (PSTU) - Capitão Styvenson (Rede) - Dr. Joanilson (DC) - Drª Zenaide Maia (PHS) - Garibaldi Filho (MDB) - Geraldo Melo (PSDB) - Jácome (Pode) - João Morais (PSTU) - Jurandir Marinho (PRTB) - Levi Costa (PRTB) - Magnólia (Solidariedade) - Napoleão (Rede) - Professor Lailson (Psol) - Telma Gurgel (Psol)	 SANTA CATARINA - André Luciano Carvalho (PCO) - Diego Mezzogiorno (Rede) - Esperidião Amin (PP) - Ideli Salvatti (PT) - Jorginho Mello (PR) - Lédio Rosa (PT) - Lucas Esmeraldino (PSL) - Miriam Prochnow (Rede) - Paulo Bauer (PSDB) - Professor Antonio (Psol) - Professor Pedro Cabral (Psol) - Raimundo Colombo (PSD) - Ricardo Lautert (PSTU) - Roberto Salum (PMN)	 TOCANTINS - Antônio Jorge (PSL) - Ataídes Oliveira (PSDB) - César Halum (PRB) - Eduardo Gomes (Solidariedade) - Farlei o Federal (PSL) - Irajá (PSD) - Melk Aires (Psol) - Paulo Mourão (PT) - Vicentinho (PR)

Fonte: Sistema de Divulgação de Candidaturas - Divulgaand - TSE

Projetos valorizam condutores de ambulância

Em 2014, foi sancionada uma lei reconhecendo profissão de condutor de ambulância. Agora a categoria luta para regulamentar a atividade com a aprovação de projeto no Congresso

Maurício de Santi e
Rodrigo Resende, da Rádio Senado

SEIS E MEIA da noite em Belo Horizonte. Enquanto muitos mineiros estão presos no trânsito da capital, o soldado e condutor do corpo de bombeiros Cristiano Wardil é chamado para socorrer uma pessoa que caiu no Ribeirão Arrudas.

— O Ribeirão Arrudas é como o Rio Tietê em São Paulo. É um córrego que passa por dentro da cidade, tem altura aproximada, dependendo do ponto, de 8 metros. Uma pessoa havia caído lá e nossa unidade foi acionada para dar o primeiro atendimento — explicou Wardil.

Com todos os percalços, o condutor de ambulância e os demais colegas do corpo de bombeiros conseguiram chegar até a vítima. É um morador de rua. Mais um cidadão salvo a partir do trabalho de Wardil.

Histórias como essa são comuns a um expressivo contingente de profissionais que trabalham na fronteira entre a vida e a morte, mas normalmente só são percebidos quando a sirene e as luzes giratórias do carro que dirigem irrompem em meio ao tráfego das grandes cidades.

O Senado examina uma série de propostas em benefício da categoria. Está pronto para a pauta do Plenário o Projeto de Lei do Senado (PLS) 349/2017, que concede aposentadoria especial para os condutores de ambulância. A justificativa é o estresse provocado pela direção de um veículo em alta velocidade, além do contato permanente com agentes patológicos, como bactérias e sangue contaminado.

O presidente da Associação Nacional dos Condutores de Ambulância, Alex Douglas, afirmou que a entidade não abre mão da aposentadoria especial:

— O condutor auxilia a equipe de saúde nas massagens cardiorrespiratórias, tem contato com o paciente, trabalha com barulho, estresse, trânsito, pode ter problema psicológico, isso é do dia a dia do trabalhador, ele trabalha nesse sistema insalubre e não tem como fugir disso.

A associação estima que 1,5 milhão de trabalhadores dirijam ambulâncias pelas ruas do país. Esse número, no entanto, pode ser bem maior, já que a estimativa tem por base um levantamento do Ministério do Trabalho feito há três anos.



Ambulância em Porto Alegre enfrenta o trânsito para fazer atendimento. Condutores reclamam que os motoristas não estão preparados para agir rápido nesses casos



Presidente de associação, Alex exige aposentadoria especial para a categoria

Até 2014 a legislação não reconhecia a profissão de condutor de ambulância. Eles nem sequer podiam se organizar em sindicatos para lutar por direitos como piso salarial, insalubridade, melhores condições de trabalho, carga horária. O reconhecimento da existência da profissão foi o primeiro passo. Agora os condutores de ambulância batalham pela regulamentação do ofício.

Regulamentação

Aprovada pelo Senado em dezembro de 2017, a regulamentação da profissão de condutor de ambulância está em análise na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados (PL 3.553/2015).

Para os condutores de ambulância, o primeiro passo para o reconhecimento veio com a Lei 12.998, de 2014, espécie de certidão de nascimento da profissão. Até então, eles eram chamados de “socorristas” ou “motoristas socorristas”, o que não consideravam apropriado, já que os condutores não pertencem à área de saúde.

A lei assegurou a designação “condutor de ambulância”, per-

mitiu a associação sindical da categoria e estabeleceu alguns critérios para o exercício da atividade, como treinamento especializado e a atualização em cursos específicos a cada cinco anos.

Apesar da lei, os órgãos públicos e empresas privadas que têm esses profissionais em seus quadros não o estão cadastrando corretamente, lamentou Alex Douglas.

A saída seria a aprovação da regulamentação da profissão. Pelo texto, quem quiser exercer a atividade de condutor deverá ter mais de 21 anos, ter concluído o ensino médio e ser habilitado nas categorias D ou E, além de receber treinamento especializado, como já prevê a lei de 2014. A proposta ainda obriga os condutores de ambulância a acompanharem as equipes de saúde durante os atendimentos básicos de suporte às vítimas.

Jornada de trabalho

A Comissão de Trabalho da Câmara também analisa projeto que estabelece jornada máxima de trabalho de 30 horas semanais para os condutores de ambulância (PL 9.799/2018).

O professor de Psicologia do Trabalho da Universidade Estadual da Paraíba, Francinaldo Pinto, que pesquisou a profissão de condutor de ambulância, avaliou ser importante regulamentar a carga horária e o regime de folgas para garantir o devido descanso a esses profissionais:

— Um aspecto que não é muito frequente, mas que existe, é a sonolência diurna excessiva desses condutores, porque eles trabalham em sistema de plantão — alertou.

No Senado, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 113/2017, que oficializa 10 de outubro como Dia Nacional do Condutor de Ambulância.

Desafios

Condutores de ambulância enfrentam diversos desafios para fazer o seu trabalho com o máximo de eficiência. Não bastasse a pressão natural da profissão, fatores externos prejudicam ainda mais a vida desses profissionais.

O condutor Elísio Gonçalves, de Fortaleza, lamentou a quantidade de trotes recebidos pelos serviços de emergência:

— O maior desafio é quando mandam a gente para um atendimento que, na verdade, é um trote.

Segundo ele, muitas vezes, aos trotes, seguem os assaltos:

— É uma profissão de risco. No ano passado, uma unidade nossa foi assaltada. Levaram os pertences da tripulação e um aparelho celular — contou.

A falta de educação de muitos motoristas também é um desafio. Cristiano Wardil destaca que, em geral, a intenção

dos motoristas é ajudar, mas nem sempre isso é possível:

— As pessoas querem ajudar, só que elas não sabem como posicionar o seu veículo. Uns jogam para direita, outros jogam para esquerda, vira um emaranhado que é impossível de costurar com um carro de uma tonelada. É preciso educar o motorista para a presença do veículo de emergência, seja ele policial, bombeiro, Samu ou agente de trânsito.

Wardil alertou ainda para outro fator que vem prejudicando o trabalho dos condutores de ambulância, o uso do telefone.

— Com vidro fechado e usando telefone, a pessoa não vai escutar a sirene. A gente cola na traseira do veículo, sirene alta, buzina, e a pessoa não percebe. Às vezes, numa parada cardiorrespiratória, poucos minutos podem definir a vida ou a morte da vítima. A gente lida com isso sempre.

Ele lembrou o resgate do morador de rua que havia caído no Ribeirão Arrudas:

— Essa ocorrência me marcou porque quando eu acessei a vítima, ela olhou para mim e disse “obrigado”. Ela não questionou: poxa você demorou, ou então: nossa vieram muito rápido. Obrigado, foi o que ela disse. Isso alimenta o coração. Era um morador de rua. Um cidadão marginalizado pela sociedade, que às vezes nem é chamado pelo nome. É um cidadão!

Saiba mais

Ouça os episódios do especial da Rádio Senado sobre os condutores de ambulâncias
<http://bit.ly/radio-ambu>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em
www.senado.leg.br/especialcidadania